

# SEPARAÇÃO JUDICIAL

## INCOMPATIBILIDADE DE GÊNIO

### PEDIDO DE ANULAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO, ANTE PROVA DE ERRO E FALSIDADE DAS DECLARAÇÕES

#### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ..... .., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor ANULAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO em face de ....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS A mãe da Autora, por .... anos, manteve romance em caráter permanente, com o ora Suplicado; sendo que, dessa união resultou o nascimento de uma filha, ora Suplicante. Ao tomar ciência da gravidez da mãe da Suplicante, o Suplicado abandonou-a, não lhe prestando auxílio material nem carinhos, negando-se ainda, a reconhecer como sua filha a Suplicante, estando esta desamparada. Assim, por razões de foro íntimo, a Suplicante foi registrada como sendo filha de .... (já falecido), com quem sua mãe se casou logo após seu nascimento. Porém, o pai natural e verdadeiro é o ora Suplicado, fato que somente chegou ao conhecimento da Suplicante em tempos próximos. Aliás, a guisa de ilustração ressalta-se que, a Suplicante apresenta a Suplicante demonstra traços e perfil de seu pai natural, o que soa como forte indício da legítima e natural paternidade. DO DIREITO Conforme dispõe o artigo 1604 do Diploma Civil Brasileiro: "Art. 1604. Ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro o u falsidade do registro." A presente também encontra fulcro no artigo 113 da Lei nº 6.015, de 31.12.73. DOS PEDIDOS Diante do exposto, requer seja recebida e processada a presente medida, citando-se o Suplicado via postal, no endereço retro apontado, para o que se requer os benefícios do § 2º, do artigo 172 do Código de Processo Civil. Requer seja julgado procedente o presente pedido para anular o assento de nascimento da Suplicante. Por fim, requer seja condenado o Suplicado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios. Dá-se à causa o valor de R\$ ..... Nesses Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB